

RELATIVAS DE GENITIVO “ESTRANHAS” NO PORTUGUÊS DE MOÇAMBIQUE: ERROS OU SINAIS DE MUDANÇA?

Ana Maria Brito*

Resumo: Em dados de fala espontânea de falantes moçambicanos e em jornais do Maputo é possível encontrar diversos tipos de desvios à norma europeia do Português no que diz respeito à forma das orações relativas, em particular das orações de genitivo.

No texto mostra-se que, apesar desses desvios, os falantes fazem uso de estratégias de relativização que se podem relacionar com princípios gramaticais gerais e que certas alterações apontam para sinais de mudança no PM. As tendências que indiciam um fenómeno de mudança são o uso de *cujo* como SN e a necessidade de reforço deste morfema através da presença de outros determinantes; na variante padrão, *cujo* é sempre determinante relativo e a sua presença impede a de outros determinantes. O texto procura perspectivar os “desvios” encontrados à luz das condições em que é hoje empregue o Português de Moçambique e do seu estatuto como língua segunda.

Palavras-chave: Português Europeu, Português de Moçambique, Contacto entre línguas, Língua materna, Língua segunda, Orações relativas de genitivo.

INTRODUÇÃO: OBJECTIVO E PLANO DO TEXTO

Em dados de fala espontânea de falantes moçambicanos e em jornais do Maputo é possível encontrar diversos tipos de desvios à norma europeia do Português no que diz respeito à forma das orações relativas.

Este texto tem como objectivo descrever em linhas gerais as principais formas de “desvio” das relativas no Português de Moçambique (PM) e em particular das orações de genitivo e, em segundo lugar, perspectivar essas produções à luz das condições em que é hoje empregue o Português em Moçambique.

A tese fundamental a propor é a de que, apesar dos desvios e das hesitações, os falantes fazem uso de estratégias de relativização que se podem relacionar com princípios gramaticais gerais e, por outro lado, mostrar-se-á que certas alterações apontam para sinais de mudança no PM.

O texto está organizado da seguinte forma: em 1. descrevem-se as principais tendências no emprego das orações relativas no PM; em 2. apresentam-se alguns exemplos de relativas de *cujo* e de relativas com valor de genitivo; em 3. faz-se uma caracterização geral da situação do Português em Moçambique e apresentam-se algumas considerações sobre o processo de aquisição de língua segunda; em 4. descrevem-se os mecanismos linguísticos caracterizadores das relativas de genitivo no PM, comparando-se com os de uma língua bantu, o Changana, para em 5. se exporem as principais conclusões deste estudo e algumas consequências que um processo de mudança tem para o ensino do Português em Moçambique.

1. Principais tendências no emprego das orações relativas no PM

Nas orações relativas produzidas quer na oralidade quer na escrita de falantes moçambicanos, é possível encontrar duas grandes tendências, já estudadas e referidas na bibliografia específica (DINIZ 1986, GONÇALVES 1996, CHIMBUTANE 1995 e 1998):

(i) Uma tendência caracterizada pelo uso de um morfema de relativização, normalmente *que*, e um pronome pessoal na posição em que nas relativas canónicas não deveria aparecer qualquer pronome: é a “estratégia resumptiva”, exemplificada em (1), (2), (3), (4):

* Universidade do Porto.

- (1) Foi um amigo que conheci-o logo que cheguei.
- (2) Tem um livro em preparação que espera vê-lo publicado.
- (3) O Estado-Maior emitiu um comunicado que passamos a transcrevê-lo. (GONÇALVES 1996, pp. 320-22)
- (4) É necessário que os novos partidos tenham projectos que o povo concorde com eles. (CHIMBUTANE 1998, p. 153).

Nos exemplos, o pronome pessoal resumptivo tem a função de OD ou de OBL, mas não é difícil encontrar exemplos em que o pronome é SU.

(ii) Uma segunda tendência, a „estratégia cortadora“ (TARALLO 1985), caracterizada pela ausência da preposição junto do morfema relativo, que deveria ser seleccionada pelo verbo; é o que se ilustra em (5) e em (6):

- (5) A pessoa que eu mandei o recado não estava lá.
- (6) Naquele dia que você saiu. (GONÇALVES & STROUD 1998, p. 101)

Quer uma quer outra tendência acompanha geralmente o uso do morfema *que*, o qual, pelo seu carácter uniforme e independente das diferentes funções sintácticas, parece ser aqui mais um marcador de subordinação, próximo de uma conjunção, do que propriamente um pronome relativo (BRITO 1991, CHIMBUTANE 1998).

O mesmo papel parece estar a caracterizar a forma *onde*, que pode funcionar como SU, como OBJ e como OBL:

- (7) Ele é apresentado às autoridades onde tomarão medidas (DINIZ 1986, p. 2 do anexo III).
- Como veremos ao longo do texto, nalguns dos seus usos a forma *cujo* parece ter igualmente adquirido este tipo de estatuto.

2. Alguns usos desviantes de orações de cujo e de relativas com valor genitivo no PM

Quer no corpus do Panorama do Português Oral do Maputo (PPOM) quer em jornais, foi possível recolher as seguintes produções, que ou são realizações desviantes de relativas de genitivo ou usam a forma *cujo* em condições não esperadas na norma padrão do PE:

I - relativas de *cujo* e o determinante demonstrativo *esse*:

(8) Nós temos que dar aquele lugar a uma pessoa cuja essa pessoa enquanto a tua mulher estiver viva não pode ocupar (= ...a uma pessoa que não pode ocupar o lugar enquanto a tua mulher estiver viva) (PPOM, vol. 3, pp. 102-103).

(9) Uma proposta por escrito cuja essa proposta estava muito bem açucarada (= ... uma proposta por escrito que / a qual...).

(10) Uma agência Isotopic cuja essa agência para ser o director assistiu uma passagem do filme (= uma agência na qual para ser o director...).

II - relativas de *cujo* e artigo definido:

(11) Lemos um texto cujo o conteúdo era o seguinte.

(12) As crianças cujas as consequências são amargas... (Textos de estudantes de 11ª classe)

III - relativas com *cujo* e o determinante possessivo *seu*:

(13) „O baixo preço praticado (...) levou à desistência massiva de agricultores do sector familiar na produção do chamado ouro branco, cujo seu envolvimento estava já a ganhar ímpeto“ (texto de jornalista, *Notícias*, 19.5.2000).

IV - relativas que deveriam ser de genitivo mas que não comportam *cujo* nem nenhuma das construções de genitivo equivalentes do PE:

(14) os carros que eu conheço os nomes deles são... (DINIZ 1986, p. 2 do anexo III)

(15) os meios de transporte que eu vi os nomes deles são... (*idem*, p. 3).¹

Evidentemente, ao lado destes, há outros exemplos de relativas de genitivo construídas de acordo com a norma do Português Europeu (PE), mas de que não tratarei.²

Os exemplos apresentados justificam algumas questões de carácter linguístico e outras de carácter mais geral:

¹ Em GONÇALVES & STROUD 1998, vol. III, p. 103, surge o seguinte exemplo: “Há outros casais a vida dele leva para a esquadra”. É difícil de saber se corresponde a “há outros casais que levam a vida deles” (a interpretação proposta pelos autores) ou “há outros casais cujas vidas os levam para a esquadra” (nesse caso seria uma relativa de genitivo bastante desviante) ou ainda “há outros casais que passam a vida a ir para a esquadra”.

² Veja-se um exemplo: “O troço Chissano-Chibuto, religiosamente falando, é uma autêntica via sacra, rumo ao Calvário, a que qualquer automobilista está submetido, cujo algoz é a Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes” (carta ao Director, *Notícias*, 19.5.2000).

- (i) O que justifica uma tão grande variação numa mesma construção sintáctica, ou de outra maneira, qual é a situação do Português em Moçambique que conduz a estas oscilações, a estes desvios?
- (ii) Apesar das diferentes formas exibidas, poderemos encontrar nestas produções linguísticas algumas sistematicidades, algumas regularidades, que apontem para tendências de variação no PM?
- (iii) Se existirem regularidades, em que medida é que se relacionam com princípios linguísticos gerais?

3. Alguns dados sobre a situação do Português de Moçambique e sobre o processo de aquisição de língua segunda

De acordo com o *Censo 1997*, publicado em 1999, o Português, língua oficial do país para a administração, o ensino, a comunicação social, é língua materna (L1) para apenas 3% de moçambicanos, para um total de cerca de 13 milhões de habitantes recenseados e língua segunda (L2) para cerca de 25%/30% de pessoas que têm como língua materna (L1) uma língua pertencente ao grupo bantu.³

Moçambique é portanto um país multilíngue, onde 75% da população fala uma ou mais do que uma língua do grupo bantu.⁴

Está ainda por definir o número exacto de línguas bantas em Moçambique, uma vez que apresentam dialectos e variações no interior de cada uma. No *1º Relatório sobre a estandardização da ortografia das línguas moçambicanas* (1989) eram identificadas 20 línguas, mas hoje há autores que preferem falar de 8 a 13 e outros há que consideram prematuro fixar um número exacto. Embora haja línguas bantas dominantes em certas províncias, nenhuma tem a possibilidade de ser escolhida como língua nacional.

Estas brevíssimas informações servem para reforçar a ideia de que o Português, língua oficial de Moçambique, convive com um grande número de línguas, cujo léxico, fonologia, morfologia e sintaxe são muito distintas das do Português.

Nesta situação complexa de contacto entre línguas, vários fenómenos podem acontecer, do ponto de vista da mudança das línguas (THOMASON & KAUFMAN 1988). Uma das situações é o empréstimo, normalmente no domínio do léxico: o empréstimo é o tipo de influência mais comum do Português sobre as línguas bantu (língua colonial → línguas nativas), podendo também dar-se das línguas bantas para o Português (línguas nativas → língua colonial); é hoje notório que o PM incorporou muitos termos do quotidiano das línguas nativas. Mas quer num sentido quer noutro, o empréstimo não interfere com a gramática das línguas.⁵ Outra situação resultante do contacto entre línguas é a „interferência de substracto“, isto é, a influência de uma língua noutra já no aspecto gramatical (THOMASON & KAUFMAN 1988). De acordo com GONÇALVES & SITOIE 1998, esta situação já se faz sentir no PM (nomeadamente na relação Changana → Português).

Do ponto de vista da aquisição, a coexistência de línguas que se verifica em Moçambique e as condições históricas em que ela se processa faz com que, como se disse acima, cerca de 25%/30% da população actual tenha adquirido o Português como língua segunda (L2).

O processo de aquisição de L2 é um fenómeno complexo que pode justificar, pelo menos, três tipos de abordagens (ELLIS 1987): uma abordagem sociolinguística, e que consistiria, no caso concreto que estamos a analisar, em estudar as relações entre o uso do Português e o contexto social, em particular perceber em que condições sociais e comunicativas é que os falantes moçambicanos falam o Português e as línguas bantas, se há fenómenos de diglossia, etc., etc..

Outro tipo de abordagem do fenómeno de aquisição de L2 é a dimensão psicolinguística e linguística propriamente dita.

³ Dos 12 536 778 recenseados, 809 186 têm o Português como língua materna; 4 883 395 sabem falar Português, dos quais 1 099 822 usam o Português em casa, sendo 980 910 de área urbana e 118 912 de área rural. Comparando estes dados com os do Censo de 1980, seria possível verificar que houve um ligeiro aumento do número de falantes de Português; por outro lado, o Português tem reforçado o seu papel de língua de prestígio e de língua de unidade nacional.

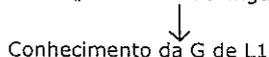
⁴ As línguas do grupo bantu são línguas faladas na África Austral desde os Montes Camarões até ao Quénia Setentrional, a norte, até à África do Sul. Em toda esta região, e com excepção de pequenas bolsas onde se fala línguas da família Khoisan, usam-se cerca de 450 línguas bantas.

⁵ Num estudo sobre o Nyungwe (Tete), REGO 2000 mostra que pelo menos 1172 palavras do Português foram incorporadas nesta língua; trata-se de vocabulário da técnica, da alimentação, de utensílios, de relações de parentesco para as quais o Nyungwe não tinha palavras ou tinha meios bem mais complexos.

Como se compreende, o processo de aquisição de L2 é distinto do processo de aquisição de L1. No processo de aquisição da língua materna, o „estado inicial“, o estado zero, é fundamentalmente caracterizado pelo equipamento genético, típico da espécie humana e portanto comum a todos os seres humanos. Na perspectiva da Teoria de Princípios e Parâmetros, a teoria dominante em Gramática Generativa nos anos 80 e princípio dos anos 90, esse estado inicial é a „faculdade de linguagem“, por vezes também designada Gramática Universal (GU), expressão usada para realçar a ideia de que um conjunto de princípios gerais e comuns às gramáticas, que se supõe fazerem parte do equipamento genético do ser humano, está na base da aquisição linguística (CHOMSKY 1981).

Na aquisição da língua materna, o estado final da aquisição - o conhecimento do léxico e da gramática da L1 - é o resultado da instanciação dos princípios da GU e da fixação do valor de alguns parâmetros; o esquema (16) simboliza, de acordo com esta perspectiva, a aquisição da L1⁶:

(16) „Faculdade de linguagem“ (GU)



No caso da aquisição da L2, o aprendente já conhece uma primeira língua num estágio mais ou menos estável, conforme a idade em que a aquisição da L2 opera: os adultos, se forem confrontados com uma língua segunda, já estão na posse do conhecimento da L1, enquanto as crianças podem estar num estágio intermédio.

Ora, uma das questões importantes que se colocam é a de saber que relação existe entre a faculdade de linguagem - a GU - a aquisição de L1 e a aquisição de L2.

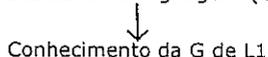
Será que os princípios da GU marcam separadamente a aquisição da L1 e da L2, como se representa em (17)?

(17) „Faculdade de linguagem“ (GU)

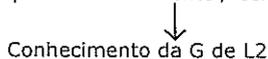


Será que a aquisição de L2 é independente da „faculdade de linguagem“, no sentido de que são outras capacidades e faculdades do pensamento / cérebro como a memória, a atenção ou outras que estão na base dessa aquisição, como se representa em (18)?

(18) „Faculdade de linguagem“(GU)

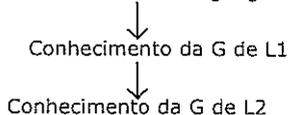


Outras capacidades da mente / cérebro (memória, atenção, etc.)



Ou será que a aquisição de L2 se faz por mediatização do conhecimento da L1, independentemente do estado em que tal aquisição se encontra, como se descreve em (19)?

(19) „Faculdade de linguagem“(GU)



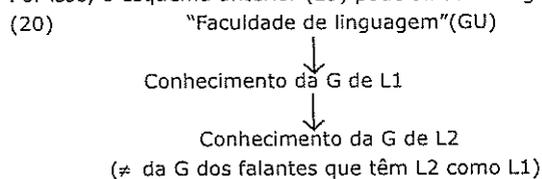
Os esquemas (17), (18) e (19) correspondem a explicações teóricas diferentes sobre o processo de aquisição de L2 e têm sido propostos na bibliografia específica. Uma resposta a esta importante questão está fora do âmbito deste texto. No entanto, tentaremos mostrar que a formação de relativas de genitivo em PM não contradiz um processo de aquisição de L2 como se esquematiza em (19).

O que é hoje consensual é que o processo de aquisição de L2 permite desenvolver uma gramática mental (nalguns modelos chamada „interlíngua“), que é diferente da gramática adquirida pelos falantes que têm essa mesma língua como L1, isto é, não coincide com a gramática da língua alvo; de facto, essa gramática passa por

⁶ Cf. COOK, V. 1988, pp. 182-3.

um longo processo de desenvolvimento e de complexificação, marcado por mudanças mais ou menos bruscas, por vezes mudanças paramétricas (LIGHTFOOT 1991).

Por isso, o esquema anterior (19) pode ainda ser ligeiramente alterado para (20):



No caso moçambicano, temos portanto falantes que têm línguas bantas como L1 e que, em contacto com o Português em diferentes situações comunicativas, desenvolvem uma gramática mental que nem coincide com a da sua língua materna nem coincide com a gramática dos falantes que têm o Português como língua materna.

Recorde-se que oficialmente é ainda a norma padrão do PE a norma do Português em Moçambique. No entanto, quer os factores externos já referidos anteriormente (o facto de o Português Europeu ter sido escolhido como língua oficial na altura da independência, o actual pequeno número de falantes da variante europeia do Português, em comparação com o grande número de falantes das L1, o contacto entre diferentes línguas, o facto de o Português ter o estatuto de L2) quer factores internos, especificamente linguísticos, fazem com que a norma que se está a desenvolver em PM apresente mudanças mais ou menos profundas e que os falantes evidenciem hesitações e oscilações nos seus enunciados.

Como resultado deste processo, a produção linguística em Português está progressivamente a afastar-se da norma europeia do Português. A pouco a pouco vão-se notando alterações, e, relativamente a certas áreas linguísticas, nomeadamente na Fonologia, na Morfologia Flexional, no Léxico e na Sintaxe, já é possível notar sistematicidades e generalizações que apontam para mudanças paramétricas, para uma „variante em formação”, que alguns autores já chamam „Português de Moçambique (PM)” (GONÇALVES 1996 e 1998).

Por outro lado, sendo a comunidade linguística moçambicana profundamente heterogénea, como qualquer outra comunidade mas aqui com o factor adicional de ser uma sociedade pós-colonial multilíngue, é natural que as variações exibidas quer pelos falantes em geral quer pelo mesmo indivíduo sejam grandes.⁷

Ora, uma das zonas de mudança gramatical é a Sintaxe e em particular a construção de orações relativas.

4. Análise das relativas de cujo e de relativas de genitivo sem cujo em PM e comparação com o Changana

Feito este enquadramento, voltemos ao nosso objecto de estudo, as relativas desviantes de *cujo* e as relativas que deveriam ser de genitivo e que apresentam alterações relativamente à norma europeia.

Tomemos de novo o exemplo (9):

(9) Uma proposta por escrito cuja essa proposta estava muito bem açucarada.

Notamos que, em exemplos como (9), com a combinação *cuja+essa*, não há valor de genitivo e a frase com *que* seria perfeitamente gramatical (*que estava...*); *cujo* parece estar a usar-se aqui como um marcador relativo geral, uma vez que a sua escolha não é justificada pela função sintáctica que desempenha. Por sua vez, *essa* é um reforço do valor anafórico de *cujo*.

No exemplo (11):

(11) Lemos um texto cujo o conteúdo era o seguinte

a construção já tem valor de genitivo; de novo, há coexistência de *cujo* e de um determinante, o artigo definido.

Vejamos o exemplo (13):

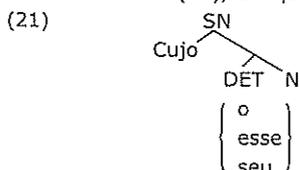
(13) O baixo preço praticado (...) levou à desistência massiva de agricultores do sector familiar na produção do chamado ouro branco, cujo seu envolvimento estava já a ganhar ímpeto.

Há também um valor genitivo ou possessivo, mas dado simultaneamente por *cujo* e *seu*.

Apesar das diferenças, a hipótese que formulamos é de que o que é comum a (9), (11) e (13) é o facto de *cujo* ser usado com um valor de SN, de “pronomes” no sentido clássico do termo, e não como um determinante relativo, embora exiba, como os determinantes, marcas de concordância, em género e número, com o N.

⁷ Como afirmam GONÇALVES & SITO 1998 “o Português varia ao longo de um continuum, que inclui desde o registo mais afastado do Português europeu padrão – em que são mais evidentes e numerosas as diferenças relativamente a essa norma – até um registo mais formal, muito próximo do Português europeu padrão.” (p. 10)

Quer dizer, de acordo com esta hipótese, a estrutura simplificada do SN que contém *cujo* é qualquer coisa como se descreve em (21), em que a posição de especificador de SN é ocupada por outro SN: ⁸



Ora estas duas tendências, a de usar *cujo* como SN e a de reforçar este morfema através da presença de outros determinantes, constituem uma mudança no PM relativamente ao PE; de facto, na variante padrão *cujo* é sempre determinante relativo e a sua presença impede a de outros determinantes.

É curioso verificar que no Português Arcaico era possível encontrar, por um lado, casos de *cujo* como pronome e não como determinante e, por outro lado, com funções sintácticas centrais e não como genitivo; veja-se os exemplos fornecidos por Epifânio da Silva Dias, p. 86:

(22) „dar o seu a cujo é”; „torna os vestidos, a cujos são...” ⁹

Finalmente, analisemos exemplos como (14), isto é, relativas que são de genitivo mas que não comportam *cujo* nem nenhuma das construções canónicas de genitivo do PE:

(14) os carros que eu conheço os nomes deles são...

Neste tipo de exemplos, é a simples retoma através de um pronome pessoal que permite obter o valor anafórico e é a coexistência de dois nomes que estabelecem entre si uma relação de parte / todo que origina a interpretação possessiva.

Vemos que esta última construção lembra a estratégia resumptiva que caracteriza grande parte das relativas no PM e que está exemplificada em (1) a (4).

Quer dizer, para exprimir os valores típicos das relativas de genitivo, os falantes do PM ou usam construções de tipo resumptivo como (14) ou, usando *cujo* - uma forma que, mesmo para os falantes da norma europeia, é difícil - apresentam hesitações, tendendo a usá-lo como pronome, como SN, e não como determinante.

Chegados a este ponto, vale a pena observarmos como são construídas relativas de genitivo numa das línguas do grupo bantu mais faladas no Sul de Moçambique, o Changana, para percebermos se haverá no PM alguma „influência de substracto”.

Antes de o fazermos, convém recordar que as línguas bantas são línguas tipologicamente muito distantes do Português: são línguas incorporantes, i. e., línguas que formam palavras altamente complexas, com diversos tipos de informações morfológicas, sintácticas e semânticas (que outras línguas estabelecem através de meios sintácticos). São línguas em que as diferentes classes de nomes (humanos, não humanos, concretos, abstractos) são marcados por morfemas de classe, colocados no início de palavra. Sintacticamente são línguas SVO e de sujeito nulo.

Vejamos então um exemplo de relativa de genitivo em Changana:¹⁰

(23) Vana lava vabava va vona va-nga-f - a nyimpini vaxaniseka.
crianças estas pais de elas ms-reimorrer-vf guerra estão a sofrer
(estas crianças, cujos pais morreram na guerra, estão a sofrer)

Em (23), a oração subordinante é *vana vaxaniseka* (as crianças estão a sofrer), a oração relativa é ... *vabava va vona vangafa nyimpini* (cujos pais morreram na guerra); o antecedente da relativa é *vana* (crianças). A seguir ao antecedente temos *lava* (estas), um determinante demonstrativo que concorda com ele em género e número e cujo valor parece ser o de exprimir o nexa anafórico que noutras línguas é dado pelos pronomes relativos. A oração comporta ainda um morfema incorporado ao verbo, *nga*, que os bantuistas designam um „marcador relativo”.

Note-se ainda a expressão *va vona* (delas) e que marca a relação possuidor / possuído, típica das relativas de genitivo.

⁸ A estrutura apresentada é, de facto, muito simplificada, pois, de acordo com desenvolvimentos teóricos recentes, a categoria aqui descrita seria um SDET, isto é, a projecção de DET, sendo o SN unicamente a parte lexical. Por detrás da proposta aqui feita está o requisito de que a posição de especificador de uma categoria sintagmática, que é por definição uma projecção máxima em termos categoriais, deve também ser ocupada por uma projecção máxima. Para uma análise mais detalhada ver Brito 2001.

⁹ Sinais do uso de *cujo* como N são expressões correntes do tipo “aquele dito cujo”.

¹⁰ Exemplo fornecido e comentado por Feliciano Chimbutane, a quem agradeço.

Vemos assim que, nas relativas de genitivo em Changana, não há morfemas de tipo *cujo*; a relação semântica possessiva ou de parte / todo é dada pela co-ocorrência de dois SNs cujos núcleos nominais têm condições para estabelecerem entre si uma relação semântica desse tipo e em que o SN que exprime a entidade possuidora selecciona como complemento genitivo um pronome pessoal que retoma a expressão nominal antecedente.

Neste particular, os exemplos do tipo de (14) e (15) do PM aproximam-se das relativas de genitivo em Changana: em ambas as construções não há morfema de tipo *cujo* e há um pronome pessoal que retoma o antecedente: em (14) *os carros ... os nomes deles*; em (23) *crianças estas ... os pais delas ...*

Isto não significa que haja uma influência directa do Changana sobre o PM, até porque, como vimos, esta língua, como outras do grupo bantu, tem marcadores relativos incorporados ao verbo, mecanismo inexistente em Português.

Mas se há alguma aproximação, mesmo ténue, de estratégias de relativização em línguas tão diferentes mas que co-habitam, isso pode querer dizer alguma coisa do ponto de vista do contacto entre línguas e do ponto de vista da aquisição. De facto, é natural que as estruturas de relativização, genitiva ou outra, que fazem parte do conhecimento mental / gramatical da língua materna de grande número de falantes moçambicanos, condicionem a estrutura do mesmo tipo de construção em Português, L2 para esses falantes.

5. Conclusões e algumas consequências no que diz respeito ao ensino do Português em Moçambique

Neste trabalho procurou-se estudar as principais formas de expressão das relativas no PM e em particular das orações de genitivo e perspectivar essas produções à luz das condições em que é hoje empregue o Português em Moçambique.

Mostrou-se que, apesar dos desvios em relação ao PE, os falantes fazem uso de estratégias de relativização que se podem relacionar quer com princípios gramaticais universais quer com propriedades comuns a grupos de línguas.

Entre essas propriedades comuns podem apontar-se, de forma muito informal, as seguintes:

(24)(a) Como forma de estabelecer a relação anafórica, a construção relativa envolve a coindexação de um pronome (relativo, demonstrativo, possessivo ou outro) presente na oração subordinada com a expressão nominal antecedente.¹¹

(b) A interpretação possessiva ou de parte-todo em relativas surge associada à presença de genitivo e tem como condição a existência de dois nomes, um como antecedente e outro presente na oração subordinada, que do ponto de vista lexical permitam o estabelecimento de uma tal relação.

Dada a exiguidade dos dados e a própria limitação do fenómeno tratado - as relativas de genitivo no PM e numa língua do grupo bantu - a análise não permitiu apoiar nenhuma hipótese acerca do processo de aquisição de L2. Mas também não infirma uma explicação da aquisição de L2 como está descrito em (19) e (20). Quer dizer, pode colocar-se como hipótese que a aquisição do Português L2 obedece a princípios gerais gramaticais, mas mediatizados pelo conhecimento, mais ou menos estável, da língua materna.

Como dissemos, a gramática da L2 atingida pelo processo de aquisição é distinta da da língua alvo; como aspectos particulares e sistematicidades que caracterizam o PM e o distinguem do PE no que diz respeito às relativas de genitivo, é possível apontar os seguintes:

(25)(a) Em PM *cujo* é tendencialmente usado quer com morfema específico de genitivo (neste caso, podendo exibir redundância com *seu* ou *o*) quer como marcador geral de relativização (em redundância com *este*).

(b) A estratégia resumptiva que está a dominar a formação de relativas no PM afecta também as relativas de genitivo.

(c) Alguns morfemas relativos estão a perder a qualidade de se diferenciarem de acordo com as funções sintácticas; é o que parece estar a acontecer com *que*, *onde* e também com *cujo*, embora de maneira algo instável.

Face às regularidades encontradas, é possível concluir que o PM está, efectivamente, em processo de mudança.

¹¹ Na verdade, o que aqui se apresenta é uma propriedade comum a um grande número de línguas do mundo, mas não é um verdadeiro universal linguístico, porque, como mostra COMRIE 1981, há línguas em que o antecedente ocorre no interior da própria oração relativa, sendo dessa forma que se estabelece o que aqui designamos como nexos anafóricos entre as duas orações.

Sendo o Português língua oficial, língua de unidade nacional e, cada vez mais, língua de prestígio, o seu ensino deve ser desenvolvido e incentivado. As crianças e jovens moçambicanos devem ter acesso, através de materiais escolares, jornais, televisão, à norma europeia do Português. Mas da parte do professor e da parte das autoridades responsáveis pela política linguística deve haver a consciência de que em relação a certas áreas gramaticais, em particular a Sintaxe, a norma que se está a fixar está a distanciar-se da norma europeia, por razões externas e por razões internas. Um tal processo de mudança não acontece arbitrariamente, antes obedece a princípios gramaticais gerais, a propriedades comuns a outras línguas e a regularidades que uma análise linguística permite evidenciar.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, A. M. 1991 *A Sintaxe das orações relativas em Português*, INIC, Lisboa.
- BRITO, A. M. 2001 "As relativas de genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique", in *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*.
- CHIMBUTANE, F. S. 1995 *A estratégia de pronome resumptivo na formação de orações relativas de OD e de OBL do Português de Moçambique*, Diss. de Licenciatura, U.E.M., Faculdade de Letras, Maputo.
- CHIMBUTANE, F. S. 1998 „As estratégias resumptiva e cortadora na formação de orações relativas do Português de Moçambique” in Gonçalves, P. (org.) 1998, pp. 111-181.
- CHOMSKY, N. 1981 *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris Publications.
- COMRIE, B. 1981 *Language Universals and Linguistic Typology – Syntax and Morphology*, 2ª ed., Basil Blackwell, Oxford, 1989.
- COOK, V. 1988 *Chomsky's Universal Grammar. An Introduction*, Basil Blackwell, Oxford.
- DIAS, A. Epifânio da S. *Syntaxe Histórica Portuguesa*, 5ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1970.
- DINIZ, M. J. 1986 *Análise de erros na frase relativa*, Diss. de Licenciatura, U.E.M., Faculdade de Letras, Maputo.
- ELLIS, R. 1987 (org.) *Second language acquisition in Context*, Prentice-Hall, N. Iorque.
- GONÇALVES, P. 1996 "Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique", in FARIA, I. et alii (1996) (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*, Caminho, Lisboa, pp. 313-322.
- GONÇALVES, P. 1998 (org.) *Mudanças do Português em Moçambique*, Liv. Universitária, Universidade Eduardo Mondlane.
- GONÇALVES, P. & SITOE, B. 1999 "Mudança linguística em situação de contacto de línguas: O caso do changana e do português", in *Travessias*, 1., Rio de Janeiro, pp. 73-86.
- GONÇALVES, P. & STROUD, C. 1998 *Panorama do Português Oral de Maputo, Vol. III Estruturas Gramaticais do Português: Problemas e Exercícios*, INDE, Cadernos de Pesquisa, 27.
- LIGHTFOOT, D. 1991 *How to set parameters: arguments from Language Change*, Cambridge, Mass. MIT Press.
- 1ª Relatório sobre a estandardização da ortografia das línguas moçambicanas* (1989)
- II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997. Resultados definitivos. Censo 97*, Maputo, Agosto de 1999.
- REGO, S. V. 2000 *Contributo para a constituição de um Corpus de Portuguesismos em Nyungwe*, Diss. de Mestrado em Linguística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- TARALLO, F. 1985 „Filling the gap: Pro-drop rules in Brazilian Portuguese; in King, L.D. & Maley, C.A. (orgs.) *Selected Papers from the XIII Linguistic Symposium*, Amsterdam. J. Benjamins, pp. 355-375.
- THOMASON, S. G. & KAUFMAN, T. 1988 *Language Contact, Creolization, and Genetic Linguistics*, University of California Press, Berkeley.